

Atualidade**Econômica****Dívida pública
e taxa de juros**

As suspeitas de que os números do orçamento monetário para 1982 não passam de um balizamento que o próprio governo não parece muito empenhado em respeitar começam a ser confirmadas pelos fatos. Esta é, lamentavelmente, a única conclusão que se pode tirar da notícia, publicada em nossa edição de ontem, segundo a qual as autoridades pretendem aumentar ainda mais a dívida pública para compensar o crescimento da base monetária ou, como se costuma dizer, os desvios da política monetária.

Segundo se informou, apesar do compromisso oficial de conter a colocação líquida de títulos públicos, que este ano deveria ficar em Cr\$ 200 bilhões (contra Cr\$ 530 bilhões em 1981), o governo já decidiu elevar esse total para Cr\$ 300 bilhões.

Essa perspectiva coloca por terra as pretensões da Confederação Nacional da Indústria e das federações das indústrias de São Paulo, Rio, Bahia e Pernambuco, que vêm elaborando documento conjunto para propor ao presidente da República medidas no sentido de permitir a baixa dos juros bancários.

Na verdade, qualquer uma das medidas a serem sugeridas pela indústria será inócua se as autoridades econômicas não cumprirem sua promessa de recorrer menos à colocação de Letras do Tesouro Nacional e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. No entanto, nada até o momento indica que o governo tenha condições de honrar esse compromisso, especialmente neste ano eleitoral, no qual os objetivos políticos parecem ter prioridade maior que a recuperação da economia, atingida em 1981 pela maior recessão da história econômica posterior à Segunda Guerra Mundial.

Como é público, a dívida interna ultrapassou a marca dos Cr\$ 3 trilhões no ano passado, com um crescimento de 264% em relação ao saldo de dezembro de 1980. Este ano, se forem verdadeiras as informações que circulam em Brasília, a cobertura dos subsídios ao crédito agrícola e às exportações exigirá novas e maciças emissões de títulos do governo. Não faltam até previsões assustadoras de uma dívida interna de Cr\$ 6 trilhões no final de 1982.

Com essa perspectiva, dificilmente as taxas de juros internas poderão baixar, pois a remuneração oferecida para os títulos públicos exerce influência decisiva sobre todas as taxas de juros do mercado (além do mais, apenas para "rolar" uma dívida desse porte, o governo precisará oferecer taxas atraentes).

Portanto, mesmo que os juros baixem no mercado internacional, o comportamento do governo será o principal elemento de rigidez das taxas internas. O problema é grave, pois a margem de manobra das autoridades é cada vez mais estreita.